

Ata do seminário do CC SUL sobre a avaliação da PCP Terça-feira, 23 de outubro de 2024 – Madrid / online

1. Saldos

a. Introdução pela DGMARE

Joan Roussouliere (DGMARE) recordou que a avaliação da PCP faz parte do quadro "legislar melhor" e baseia-se, por conseguinte, em 5 critérios: eficácia, eficiência (em termos de custos), pertinência (tendo em vista a evolução do contexto geral atual e futuro), coerência (entre artigos, mas também com outros instrumentos legislativos europeus ou internacionais), valor acrescentado da UE (em comparação com uma ação nacional ou regional).

- O estudo está organizado em torno de 6 temas: Organização Comum dos Mercados
- Gestão das medidas das pescas
- Governação (incluindo os CC)
- Politique externa
- Aquacultura
- Controlo e implementação

Os resultados do estudo estão previstos para o final de 2025, e apenas nessa altura serão decididas as próximas etapas.

b. Apresentação do parecer 173 do CC SUL

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) apresentou os principais pontos do parecer 173 do CC SUL dedicado à avaliação da PCP, publicado em maio de 2024.

Os principais temas identificados foram retomados na segunda parte desta reunião, para estruturar o debate.

O parecer 173 do CC SUL está disponível aqui:

<https://cc-sud.eu/wp-content/uploads/2024/06/Avis173-PCP-052024-FR.pdf>

A resposta da Comissão Europeia, recebida apenas alguns dias antes da reunião, não foi por isso analisada hoje detalhadamente, mas está disponível aqui:

<https://cc-sud.eu/wp-content/uploads/2024/06/240927-6837983-FR.pdf>

2. Comunicação

a. Objetivos socioeconómicos

Para Nicolas Fernandez Munoz (OPP Conil), a tripla sustentabilidade - ambiental, social e económica - das pescas, incluída em 2013 na PCP, não pode ser alcançada sem melhorar e partilhar os conhecimentos científicos, mas também tendo em conta os conhecimentos empíricos do sector, que a Comissão parece ter esquecido e ignorado, nomeadamente não

prevendo a interpretação nas suas reuniões. Apesar disso, o sector está a trabalhar com cientistas e com as ONGs para encontrar pontos de consenso, em particular este parecer 173. A Comissão deve ter em conta o parecer do sector antes de apresentar as suas propostas, nomeadamente no âmbito da ICCAT, tendo o projeto "Pescadores do Futuro" revelado um desconhecimento da realidade no terreno, em particular nas pescas tradicionais.

Os pescadores são os primeiros a ser afetados pelas alterações climáticas, e apenas teremos um futuro se nos adaptarmos, se o quisermos fazer e se nos ouvirem.

Jérôme Jourdain (UAPF) recordou que o sector foi confrontado com um certo número de condicionalismos externos nos últimos anos: O Brexit, as consequências da guerra na Ucrânia, a legitimidade das nações pesqueiras nas ORGP, o Greenddeal, a extensão da atividade industrial no mar (parques eólicos), etc. Estes novos condicionalismos devem ser considerados e os objetivos iniciais da PCP devem ser adaptados. Devemos defender os interesses alimentares dos europeus e proteger as nossas empresas contra outras que operam sob outros pavilhões que têm padrões sociais e ambientais diferentes.

Para David Milly (OP Pêcheurs d'Aquitaine), devem ser feitas avaliações dos impactos socioeconómicos potenciais antes de ser tomada qualquer decisão de gestão, nomeadamente quando é adotada uma importante redução de um TAC. Está generalizado um sentimento geral de desgosto perante as dificuldades atuais e, se não tivermos cuidado, o sector vai desaparecer, em benefício das importações. Devem ser introduzidos mínimos socioeconómicos quando as unidades populacionais são reduzidas por outros fatores (alterações climáticas, poluição). Estes outros fatores têm de ser estudados para que seja possível manter as atividades de pesca quando a biomassa diminuir. 80% das unidades populacionais da CC SUL estão em declínio e a gestão atual é obsoleta.

Raul Garcia (WWF) salientou que é necessário estabelecer objetivos socioeconómicos, estreitar os laços com os territórios, permitir a igualdade de oportunidades, reforçar os controlos, melhorar os processos de consulta e rever o artigo 17º, que é atualmente aplicado de forma diferente em cada Estado-Membro. Por último, Raul Garcia afirmou que não deve haver uma transferência do número de pescadores e do esforço de pesca do sector profissional para a pesca de lazer (um fenómeno que ocorre atualmente).

Maria José Rico (FECOPPAS) salientou que, sem rentabilidade, não haverá sucessão geracional no sector, pelo que os objetivos socioeconómicos devem ser considerados. Será interessante comparar a contribuição da UE para a gestão das pescas a nível nacional.

Para Miren Garmendia (OPEGUI), a PCP é atualmente uma política muito restritiva que nos impede de criar o futuro. sendo que estas limitações já não fazem sentido, levando os próprios pescadores a quererem abandonar o sector. Temos de melhorar as condições de trabalho e dar dignidade à profissão.

Manu Kelberine (CRPMEM Bretanha) afirmou que gostaria de ver um estudo sobre o impacto socioeconómico acumulado dos regulamentos (incluindo os que não fazem parte da PCP).

Humberto Jorge (ANOPCERCO) comentou que, na sua região, os empregos ligados à pesca estão a diminuir, e que o sector está em fase de redução, apesar das unidades populacionais estarem em melhores condições, acima do RMD, de acordo com os documentos da própria Comissão: as políticas devem agora ser melhoradas para responder a estes desafios socioeconómicos.

Para Luis Vicente (ADAPI), a Comissão deve permitir que uma indústria de pesca europeia alimente os europeus, a partir das comunidades europeias, e que não deve repetir o desastre das políticas elaboradas contra os pescadores (obrigação de desembarque).

Joan Roussouliere (DGMARE) concluiu este ponto dizendo que estas questões serão bem estudadas no âmbito da avaliação. Será importante fornecer dados quantitativos para podermos compreender as razões dos problemas e refletir em conjunto para encontrar soluções.

2. Regionalização e participação nos conselhos consultivos (CC)

Segundo Jérôme Jourdain (UAPF), a regionalização está a desenvolver-se e é visível pelas recomendações conjuntas e da participação nos CC. No entanto, isso é limitado pelo forte poder de iniciativa da CE, que toma decisões muito orientadas e impõe o calendário e o assunto. Jérôme Jourdain (UAPF) lamenta a falta de impacto dos CC nos grupos de Estados-Membros, a regionalização está a fazer aumentar o número de organismos, mas os recursos continuam a ser limitados. É necessário fazer com que a regionalização seja verdadeiramente operacional, melhorar a ligação entre os CC e a CE, em especial através dos Grupos de Estados-Membros.

Para David Milly (OP Pêcheurs d'Aquitaine), os CC deveriam poder consultar diretamente o CIEM e o CCTEP. Atualmente, é difícil para os CC proporem medidas, pois estas têm de ser muito precisas, dada a multiplicidade de questões e de quadros já existentes, que é necessário permitir que sejam feitas as suas avaliações diretas.

No que diz respeito aos conselhos consultivos, Raul Garcia (WWF) considera que a chave do seu sucesso é a participação ativa da Comissão nas reuniões. Para que isso aconteça, os serviços da DGMARE devem ter mais recursos humanos.

Para concluir este ponto, Julia Rubeck (DGMARE) indicou que existia realmente um problema de recursos na DGMARE.

A regionalização está no cerne da PCP e a DGMARE está bem ciente da sua importância e as diferenças entre as regiões são claramente visíveis.

3. Representação externa



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Para Jérôme Jourdain (UAPF), é muito importante compreender que, no contexto atual, a UE representa países pesqueiros noutros países e que teremos de estar particularmente vigilantes quando o Brexit for renegociado em 2026.

Raul Garcia (WWF) acrescentou que a UE tem cada vez menos influência, especialmente no Oceano Índico, onde o seu passado colonial é frequentemente criticado. Assim, devemos melhorar a nossa posição, o nosso poder diplomático para trabalharmos em conjunto para melhorar as pescas, encontrar os meios para sermos mais eficazes e criar consensos nas organizações internacionais.

David Milly (OP Pescadores da Aquitânia) realçou o facto da UE estar a perder velocidade devido às suas escolhas políticas. A cavala é o exemplo perfeito, e a atitude de aceitar tudo nos últimos 10 anos vai ter um preço.

Julia Rubeck concluiu indicando que está a ser preparada uma comunicação sobre as relações externas, e que esses elementos serão bem considerados na avaliação.

4. Regulamentos e decisões políticas

Miren Garmendia (OPEGUI) salientou que existe uma necessidade real de simplificar os regulamentos, que são difíceis de entender pelos profissionais. O novo regulamento de controlo é um bom exemplo disso mesmo.

Sergio Lopez (PO Burela) confirmou que o regulamento de controlo era muito difícil de entender, também devido ao adiamento do calendário de aplicação, e acrescentou que a dificuldade resultava também das diversas interpretações nem sempre coerentes das administrações nacionais, nomeadamente quando foi introduzida a obrigação de desembarque.

Jérôme Jourdain (UAPF) salientou que estão a ser preparados novos regulamentos: será necessário prestar uma atenção especial aos regulamentos relativos à recuperação da natureza. Jérôme Jourdain (UAPF) lamentou a vontade de tornar operacional a Diretiva-Quadro para a Estratégia Marinha, diretiva esta que não está operacional, e espera que a DGMARE se aproxime da DGENV para evitar que sejam tomadas decisões intoleráveis para o sector.

Julia Rubeck (DGMARE) comentou que os serviços da DGMARE funcionam bem com a DGENV e que a nomeação de dois comissários diferentes não altera o trabalho em curso, que já está a ser partilhado.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

O Presidente encerrou a reunião propondo que todos os comentários do dia fossem apresentados ao próximo Comité Executivo, para que este pudesse decidir sobre os próximos passos do CC SUL nesta matéria.

SALDO:

- **Os membros receberam informações sobre o programa e o calendário da avaliação da PCP.**
- **Os membros trocaram os seus pontos de vista com a DGMARE sobre os temas identificados como prioritários pelo CC SUL.**
- **Serão mantidas atualizações regulares sobre este assunto com os representantes da DGMARE.**